



O neoliberalismo como projeto de contrarrevolução? Apontamentos da Viena Vermelha e a Sociedade Mont Pèlerin até o presente^{1,2}

Yago de Souza Rodrigues³

Bárbara Lou da Costa Veloso Dias⁴

Resumo

O artigo investiga a ascensão do neoliberalismo como uma resposta ideológica e política às transformações sociais e econômicas do século XX, particularmente em reação aos movimentos socialistas e ao Estado de Bem-Estar. Partindo do contexto histórico da "Viena Vermelha" e da fundação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947, o texto argumenta que o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas um projeto político que busca preservar as estruturas de poder existentes, resistindo a mudanças radicais que poderiam desafiar o status quo. O artigo explora como o neoliberalismo, ao promover a desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado, acabou por exacerbar desigualdades sociais e econômicas, além de minar os processos democráticos. A análise também destaca a relação entre o neoliberalismo e o autoritarismo, sugerindo que, em muitos casos, o neoliberalismo se alinhou com regimes autoritários para garantir a estabilidade do mercado, mesmo às custas da democracia. Por fim, o artigo discute como o neoliberalismo, ao promover uma cultura de individualismo e competição, contribuiu para a erosão da solidariedade social e para a fragmentação das lutas coletivas.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Contrarrevolução, Autoritarismo, Desigualdade Social, Erosão Democrática.

¹ Este artigo é fruto de um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada “**Revisitando As Ruínas: Debates teóricos sobre a correlação entre Neoliberalismo e Crise Democrática**”, apresentada e defendida pelo autor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFGA), em 20 de dezembro de 2024.

² A produção deste artigo contou com o financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição à qual o autor teve vínculo como bolsista de pesquisa no nível de mestrado [Código do processo: 88887.726161/2022-00].

³ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFGA), tendo sido bolsista CAPES. É Especialista em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e integrante dos programas de especialização em Ciência Política (IUPERJ) e em Política e Sociedade (IESP/UERJ). Bacharel em Direito pelo CESUPA. Realiza pesquisas em Teoria Política e Sociologia Política, com interesse em estudos críticos sobre o neoliberalismo, movimentos conservadores e crises das democracias. E-mail: yagosrodrigues@live.com

⁴ Professora adjunta da Universidade Federal do Pará-UFPA. Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ-IESP-RJ. Pós-doutorado na Universidade Paris Nanterre no Laboratório Sophiapol. Coordenadora do CESIP-Margear (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia) e do GENA-Amazônia (Grupo de Estudos de Neoliberalismo e Alternativas), vinculado ao GENA-Nanterre. Realiza pesquisas sobre neoliberalismo, teoria da reprodução social, classes médias urbanas e organização de movimentos sociais e políticos. E-mail: bvdias@ufpa.br

¿El neoliberalismo como proyecto de contrarrevolución? Apuntes de la Viena Roja y la Sociedad Mont Pèlerin hasta el presente

Resumen

El artículo investiga el ascenso del neoliberalismo como una respuesta ideológica y política a las transformaciones sociales y económicas del siglo XX, particularmente como reacción a los movimientos socialistas y al Estado de Bienestar. Partiendo del contexto histórico de la "Viena Roja" y de la fundación de la Sociedad Mont Pèlerin en 1947, el texto argumenta que el neoliberalismo no es solo una doctrina económica, sino un proyecto político que busca preservar las estructuras de poder existentes, resistiendo cambios radicales que puedan desafiar el statu quo. El artículo explora cómo el neoliberalismo, al promover la desregulación de los mercados y la reducción del papel del Estado, acabó exacerbando las desigualdades sociales y económicas, además de socavar los procesos democráticos. El análisis también destaca la relación entre el neoliberalismo y el autoritarismo, sugiriendo que, en muchos casos, el neoliberalismo se alineó con regímenes autoritarios para garantizar la estabilidad del mercado, incluso a costa de la democracia. Finalmente, el artículo discute cómo el neoliberalismo, al promover una cultura de individualismo y competencia, contribuyó a la erosión de la solidaridad social y a la fragmentación de las luchas colectivas.

Palabras-clave: Neoliberalismo, Contrarrevolución, Autoritarismo, Desigualdad Social, Erosión Democrática.

Neoliberalism as counter-revolution project? Notes from the Red Vienna and the Mont Pèlerin Society to the present

Abstract

The article examines the rise of neoliberalism as an ideological and political response to the social and economic transformations of the 20th century, particularly in reaction to socialist movements and the Welfare State. Starting from the historical context of "Red Vienna" and the founding of the Mont Pèlerin Society in 1947, the text argues that neoliberalism is not merely an economic doctrine but a political project aimed at preserving existing power structures, resisting radical changes that could challenge the status quo. The article explores how neoliberalism, by promoting market deregulation and reducing the role of the State, has exacerbated social and economic inequalities and undermined democratic processes. The analysis also highlights the relationship between neoliberalism and authoritarianism, suggesting that in many cases, neoliberalism has aligned with authoritarian regimes to ensure market stability, even at the expenses of democracy. Finally, the article discusses how neoliberalism, by fostering a culture of individualism and competition, has contributed to the erosion of social solidarity and the fragmentation of collective struggles.

Key words: Neoliberalism, Counter-Revolution, Authoritarianism, Social Inequality, Democratic Erosion.

Introdução - A escalada autoritária do neoliberalismo: um processo que não se construiu ao acaso

O neoliberalismo tem sido muitas vezes retratado como uma ideologia que promove progresso e inovação, mas variados autores, como Silvia Federici e os teóricos da reprodução social, como Nancy Fraser, têm argumentado que as formas que o capitalismo assume são inerentemente contrárias à mudança e à transformação do estado de coisas. Estas teóricas postulam que o neoliberalismo, ao invés de impulsionar o progresso, funciona como uma força reacionária e contrarrevolucionária, que busca manter a ordem social e econômica existente, resistindo a transformações significativas que poderiam justamente desafiar o status quo (FEDERICI, 2018; FRASER, 2009, 2018).

Nesta visão, o suposto compromisso do neoliberalismo com o progresso e a inovação é apenas uma fachada, mascarando seu papel mais profundo na perpetuação de estruturas de poder entrincheiradas e sufocando o potencial transformador dos movimentos sociais e modelos econômicos alternativos ao capitalismo. Em contraste com a narrativa neoliberal da ação individual e da eficiência do mercado, as evidências sugerem que o neoliberalismo de fato permitiu a concentração da riqueza e do poder nas mãos de poucos privilegiados, enquanto exacerbava as desigualdades sociais e econômicas existentes.

Esta concepção de neoliberalismo pode ser rastreada até a Sociedade Mont Pèlerin, um grupo de pensadores e políticos que buscou combater o surgimento dos movimentos de esquerda e socialistas na esteira das crises econômicas do século XX (FRASER, 2009). Os membros desse grupo, muitos dos quais foram forjados no contexto da queda do Império Austro-Húngaro e na posterior ascensão do movimento "Viena Vermelha", viram no neoliberalismo um instrumento de reafirmação de uma agenda conservadora e orientada para o mercado diante das demandas por maior igualdade social e econômica.

O estudo de caso envolvendo a chamada Viena Vermelha examina um período em que o Partido Social-Democrata em Viena, na Áustria, implementou importantes reformas para melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora e da cidade como um todo. Isto fazia parte de um movimento maior chamado Austro-Marxismo, que visava integrar o contexto austríaco e as ideias oriundas dos marxistas. No decorrer das reformas, a cidade passou por mudanças estruturais, mas também foram introduzidas inúmeras iniciativas sociais e culturais para melhorar a qualidade de vida da população: estes programas abordavam uma variedade de temas, como esportes, educação e construção de instalações comunitárias. A intenção era estabelecer um forte senso de comunidade e incutir valores socialistas na população desde

cedo até a idade adulta e além, com rituais e eventos especiais marcando datas importantes em um "calendário de tipo especial, destinado a acompanhar a vida proletária desde a tenra infância até a morte" (MATTL, 2013).

Após a Primeira Guerra Mundial, a Áustria encontrava-se economicamente devastada e isolada. Como a população de língua alemã do país não se separou dos outros grupos étnicos no Império ou na Alemanha, o país não tinha acesso aos seus mercados tradicionais e experimentou uma inflação severa. O país não tinha uma identidade nacional clara. O Tratado de Saint-Germain, que legalmente proibiu a anexação à Alemanha, foi essencialmente responsável pela independência da Áustria (MEZAN, 2005).

Nesse sentido, a Áustria viveu internamente um processo de divisão: enquanto os social-democratas em Viena transformavam a cidade com suas políticas socialistas, os conservadores no interior do país eram fortemente influenciados pela Igreja Católica. O Partido Social Cristão ajudou a estabilizar a economia na década de 1920, mas também deu às potências estrangeiras mais influência, levando a um aumento do desemprego. A crise de 1929 trouxe desafios econômicos adicionais, que foram exacerbados pela falência do Creditanstalt, um grande banco austríaco fundado em 1855. Com a popularidade dos social-democratas, o chanceler Engelbert Dollfuß dissolveu o parlamento em 1933 e instalou um governo corporativo de inspiração fascista. A violenta repressão de uma revolta socialista em Viena, em 1934, levou ao colapso da república e fortaleceu o poder das forças fascistas e nazistas, que empurraram o país para a anexação ao Terceiro Reich (HÖBELT, 1985; MEZAN, 2005).

Otto Bauer⁵, bem como outros intelectuais austro-marxistas, queriam criar um movimento operário que pudesse garantir a democracia parlamentar e transformá-la progressivamente em uma república socialista. Após a Primeira Guerra Mundial, vários estados surgiram devido ao colapso das grandes potências, incluindo a Áustria, que passou de ser um império enorme para uma república muito menor. Bauer, uma figura central neste processo, foi um proeminente teórico europeu do socialismo cujo livro "A Revolução

⁵ Influente teórico marxista austríaco e uma figura central no movimento socialista da Áustria, Otto Bauer foi um dos principais líderes do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Áustria (SDAP) e é considerado um dos fundadores da corrente conhecida como *austromarxismo*, que buscava adaptar as ideias marxistas às realidades políticas e sociais específicas da Áustria. Otto Bauer acreditava na ideia de uma revolução socialista pacífica e democrática, em oposição ao modelo violento da Revolução Bolchevique. No entanto, ele enfrentou uma série de desafios durante as crises econômicas e políticas da década de 1920, que levaram ao fortalecimento de forças conservadoras e fascistas na Áustria. Em 1934, após o fracasso da insurreição socialista em Viena e a repressão aos social-democratas, Bauer foi exilado e passou o restante de sua vida no exterior, continuando a escrever e teorizar sobre o socialismo até sua morte em 1938.

Austríaca"⁶ (BAUER, 2021) fornece uma análise aprofundada dos anos de fundação daquela república, baseando-se em suas próprias experiências políticas (SMALDONE, 2023).

Em contraste com o modelo *bolchevique* de revolução, Bauer acreditava que o socialismo deveria ser alcançado através de um processo democrático e pacífico. No entanto, o sucesso das reformas socialistas foi marcado pelas graves dificuldades internas e externas enfrentadas pela recém-fundada República Austríaca, incluindo o isolamento político e a pobreza extrema da população. Embora o movimento socialista austríaco tenha feito progressos significativos, acabou por ser superado pelas forças conservadoras e a social-democracia gradualmente perdeu a sua posição política nos anos seguintes (SMALDONE, 2023).

O projeto socialista na Áustria no período entre guerras, particularmente ao movimento da Viena Vermelha, teve uma influência significativa sobre a formação ideológica do neoliberalismo: as reformas progressistas desencadeadas na capital austríaca e o crescimento dos programas de bem-estar social constituíam um grande desafio para o sistema capitalista prevalecente. Nesse sentido, a Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947, surge com o objetivo opor-se a esses movimentos progressistas e expressar sua oposição ao socialismo em benefício de uma sociedade moldada em benefício do mercado.

É neste contexto de crise econômica e de contenda ideológica que surge a Sociedade Mont Pèlerin - uma organização de intelectuais, economistas e figuras políticas que se mobilizaram para combater a ameaça percebida do socialismo e promover uma agenda neoliberal destinada a restaurar o poder dos mercados e da empresa privada. Dessa forma, as ações da Sociedade Mont Pèlerin durante este período histórico turbulento podem ser entendidas como uma resposta direta à ameaça percebida de mudanças sociais radicais decorrentes dos sucessos do projeto socialista na Áustria.

Em março de 1947, o economista austríaco Friedrich Hayek reuniu um grupo de 39 participantes de 10 países diferentes no Mont Pèlerin, perto de Vevey na Suíça. A ideia era criar uma rede informal de estudiosos e políticos, todos eles com uma crença no liberalismo e que acreditavam que a liberdade estava sob séria ameaça, seja do socialismo ou das ideias keynesianas. Os participantes, que foram selecionados exclusivamente por Hayek, acreditavam que não só a fé nas forças de uma economia de livre mercado tinha sido dado um golpe severo durante as crises econômicas da década de 1930, mas igualmente preocupante, as experiências de muitos países ocidentais em tempos de guerra também convenceram as elites políticas que o planejamento central era uma opção viável. As democracias não apenas enfrentaram uma ameaça externa do comunismo, esses liberais

⁶ “*The Austrian Revolution*” (título original).

argumentam, mas também uma [ameaça] existencial das ideias coletivistas de suas próprias elites governantes. (BJERRE-POULSEN, 2014, p. 201, tradução nossa⁷).

Isso fornece importantes reflexões sobre a natureza reacionária do neoliberalismo e seu papel em resistir às mudanças sociais em curso, de maneira que a Sociedade Mont Pèlerin representa um movimento ideológico de reacionários que procuraram preservar o status quo em detrimento das forças progressistas e suas reivindicações por transformações sociais, uma vez que o passo inicial desses homens supostamente os fez acreditar que a criação de um novo grupo contraintelectual poderia ajudar a restaurar a confiança no mercado (BJERRE-POULSEN, 2014; TURNER, 2007; DUMÉNIL; LÉVY, 2001).

Até o século XIX, o liberalismo estabelecido manteve certas características democráticas, ainda oriundas da influência iluminista, e isso já não era compatível com as expectativas da ordem de mercado que ganhava espaço; por causa disso, esse estado de coisas exigia mudanças. Assim, o surgimento do neoliberalismo no século XX foi uma resposta aos avanços sociais alcançados pelo Estado de Bem-estar, que se consolidava na Europa e representava uma nova dinâmica política para garantir a ordem e as leis do mercado.

No século XX, a teoria/pensamento neoliberal emerge com o objetivo de evitar a ingovernabilidade de uma democracia de massas, processo que é viabilizado com a construção de um estado forte, alinhado a normas de mercado e autoritarismo: para o neoliberalismo, não há diferença de valor entre ditadura e democracia (natureza do estado), desde que seus pressupostos sejam atendidos. Assim, a violência de estado atua para fortalecer a racionalidade neoliberal contra os seus inimigos diretos ou indiretos, sendo um componente de brutalidade que o estado usa para manter a ordem e reprimir os esforços para democratizar a sociedade, com inclinação à tecnocracia e suporte nas forças militares (DARDOT et al., 2021).

A história do estado moderno está intimamente ligada à criação de processos e regimes de subjeção dos corpos, e a partir disso surgem questões importantes a serem

⁷ “In March of 1947, the Austrian economist Friedrich Hayek gathered a group of 39 participants from 10 different countries together at Mont Pèlerin, near Vevey in Switzerland. The idea was to create an informal network of scholars and politicians, who all shared a belief in liberalism and who all believed that freedom was under serious threat, either from socialism or from Keynesian ideas. The participants, who had been exclusively selected by Hayek, believed that not only had faith in the forces of a free-market economy been dealt a severe blow during the economic crises of the 1930s, but equally troubling, the wartime experiences of many Western countries had also convinced the political elites that central planning was a viable option. Democracies not only faced an external threat from communism, these liberals would argue, but also an existential one from the collectivist ideas of their own governing elites.” (texto original).

investigadas, dentre elas: como limitar o poder de um grupo politicamente unido? Como controlar a natureza potencialmente ingovernável das democracias?

Dessa forma, desde o entreguerras até o fim da Guerra Fria, a Europa testemunhou a emergência da teoria e do pensamento neoliberal visando evitar a ingovernabilidade de uma democracia de massas. **A solução encontrada passou pela construção de um Estado forte, por meio da aliança entre as normas de mercado e o autoritarismo.** Essa foi a forma mais eficaz de proteger a democracia liberal da política de massas. É por isso, argumentam os autores, que as diferenças entre as violências das ditaduras e das democracias, como as que experimentamos na América Latina, **configuram-se como graus da mesma prática, e não divergências quanto à natureza do Estado. Para o neoliberalismo, entre a ditadura e a democracia não há diferença de valor, mas de eficácia na garantia do direito privado dos indivíduos e da ordem de mercado.** (DARDOT et al., 2021, p. 10, grifo nosso).

Para os autores, se a conquista de direitos constrói cidadania, então a noção de cidadania deve ser suprimida e destruída (objetivo-fim), e nesse sentido, o projeto neoliberal é dotado de um caráter transformativo e inclinado a ampliar a violência e o controle dos corpos, como método para assegurar sua hegemonia. A violência deixa de ser apenas simbólica e torna-se concreta, legitimada e naturalizada, principalmente para aqueles que desafiam o poder constituído pelo capital (DARDOT et al., 2021).

A divisão da sociedade em partes antagônicas e o estímulo à guerra civil, com o estado usando até mesmo milícias e grupos de intolerância, são outra faceta importante do projeto neoliberal. A guerra neoliberal usa divisões antigas e tradicionais de sociedades, que surgiram de práticas de dominação e foram expostas a cisões culturais, sociais e políticas, capitalizando o enraizamento desses conflitos nas camadas de sociabilidade, e garantindo a capilarização das estratégias de dominação, controle e vigilância (DARDOT et al., 2021).

As guerras, no centro desse projeto de conflito permanente, terão várias formas e métodos, mas com alvos muito bem delimitados, e um dos principais objetivos será impedir que os inimigos obtenham acesso aos meios de resistência, até que abandonem o combate. Além disso, outras figuras se destacam nos propósitos da promoção à guerra civil: defesa da ordem global; adoção de políticas e sistemas sociais que são antidemocráticos; e liberdade que assegure o empreendedorismo e o consumo desenfreados. Para se chegar a esse fim, o Estado atuará de forma a fazer que o sujeito aja até contra si mesmo. Em outras palavras, a guerra civil surge como norma de funcionamento da lógica de mercado, e os esforços de seus interlocutores serão destinados a evitar qualquer movimento alternativo ou coletivo que possa ameaçar o sistema neoliberal, que é branco, classista, heteronormativo e patriarcal. Portanto,

qualquer prática que se desvie da tradição representará uma ameaça para o sistema neoliberal (DARDOT et al., 2021).

Outro ponto fundamental a se destacar encontra-se no processo de dupla performance do neoliberalismo, com as transformações exigidas pelo modelo econômico, de um lado; e a restauração dos modos tradicionais de produção das subjetividades⁸, do outro. Essa convergência acaba culminando no direcionamento de diversos dispositivos para as atividades de guerra contra o inimigo construído pela ordem neoliberal, dentre os quais destacam-se o recurso a intervenções de exceção, a violação de limites legais e a proliferação do uso de exceções (medidas autoritárias). Como resultado, tem-se um cidadão governado pela ordem de mercado (DARDOT et al., 2021).

A globalização da ordem de mercado como estrutura de governo emergiu conjunturalmente nos anos 1980. Através da influência de tradições colonialistas e marcadamente violentas, com o uso de estratégias e ideologias autoritárias e em um processo de continuidade histórica, esse modelo tem em suas características a seguinte estrutura: estado forte e violento, privatização de serviços e desmonte de direitos; limites à soberania popular e estado de guerra permanente; indiferença entre democracia e ditadura no que diz respeito à eficácia da instauração da ordem neoliberal, com permanências e continuidades que se ajustam à racionalidade da guerra civil e reduzem a democracia a um mero processo formal e a ditadura ao simulacro de um estado legalista; eliminação da natureza política das lutas sociais; a institucionalidade assumindo a retórica da democracia, ditando a ordem e implementando consensos que sejam compatíveis com a filosofia neoliberal; mobilização de ressentimentos via políticas do ódio⁹, com a eliminação de ações políticas democráticas e a desqualificação de sujeitos que se opuserem a isso; e a transformação de uma parte dos governados em inimigos e ampliação das máquinas de produção de violência do estado, com o objetivo contínuo de eliminação de quaisquer formas de resistência e contestação (DARDOT et al., 2021).

A guerra civil é a escolha fundamental do neoliberalismo, e influencia direta ou indiretamente suas políticas e diretrizes: fazendo uso do recurso progressivo à repressão, e promovendo um contexto de conflito entre cidadãos do mesmo Estado. Para isso, recorre à esfera do não direito, com o desencadeamento sem limites (jurídicos) da violência, tendo

⁸ Normas autoritárias e conservadoras, implementadas via utilização de tecnologias discursivas.

⁹ No Brasil, Esther Solano, professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tem robusto trabalho de pesquisa em torno da construção de políticas a partir da ativação do ódio e do ressentimento nas sociedades.

como consequência a acomodação da política no uso da violência e condução da guerra civil pelo direito e pela lei [ordenamento jurídico] (DARDOT et al., 2021).

A título de exemplificar as diferentes estratégias de guerra civil neoliberal, temos os exemplos do Chile sob o governo de Sebastián Piñera, que recentemente enfrentou grandes protestos de questionamento do modelo de governança em curso no país, e que trouxe profundas mazelas para grande parte da população chilena. Neste caso, constata-se o uso de retóricas de choque, com o governo chegando a anunciar “guerra contra um inimigo poderoso e implacável”¹⁰: aqui, a palavra *guerra* é direcionada no sentido de desencadeamento da violência estatal contra os cidadãos, com a construção discursiva e estratégica da figura de um “inimigo interno”. Nesse sentido, o inimigo se constituiu como um movimento massivo de cidadãos que ameaçou a dominação neoliberal instalada após o golpe de Estado liderado por Pinochet Ugarte, em 1973.

Face crucial desse projeto hegemônico consiste nas políticas estruturantes da guerra civil, elaboradas de formas diversas e compostas por estratégias variadas. Seus elementos terão sempre caracteres coletivos, ou seja, os grupos em conflito serão sempre entendidos como grupos e jamais como indivíduos em confronto; nesse sentido, exercer o poder é travar a guerra civil, pois a política é a continuação desse estado de tensão. Como uma racionalidade estratégica que se dobra ao contexto, o Neoliberalismo será entendido como um conjunto de relações (composição, aliança, antagonismo) com outras racionalidades políticas, exigindo uma reflexão contínua sobre seus modos de ação e eficácia ofensiva, e apostando de forma crucial na guerra de ideias, é dizer, na batalha ideológica (FOUCAULT, 2023).

Conceitualmente, o Neoliberalismo é concebido como um projeto político e econômico que surge em resposta às formas de regulação social da economia de livre mercado, que foram impostas pelo sufrágio universal e pela democracia de representação, a partir dos anos 1920. Entre outras frentes, esse projeto visa o combate à *politização da economia*. Além disso, a representação das massas e o consequente questionamento do funcionamento autoequilibrado do mercado é visto como um processo de patologia social para os neoliberais. Dessa forma, o Neoliberalismo é elaborado como a refundação do liberalismo, tendo a missão de impedir que a democracia interfira na economia. E, aqui, encontra-se um duplo aspecto da guerra civil: um estado forte para proteger o mercado e repressor para neutralizar os movimentos que se opuseram a esse projeto de dominação, com recurso à violência conservadora da ordem do mercado, exercida contra a sociedade e a

¹⁰ <https://www.dw.com/pt-br/estamos-em-guerra-afirma-presidente-do-chile/a-50912532>

própria democracia. Esse dever do uso da violência repousa na exigência de cada situação concreta: se a ordem de mercado tiver sua existência ameaçada, deverá se associar às práticas mais autoritárias em prol da manutenção desse estado de coisas (DARDOT et al., 2021).

Assim, os autores constroem nessa obra a proposta de analisar uma outra história do neoliberalismo, é dizer, reler o neoliberalismo a partir de sua racionalidade estratégica e da violência que historicamente o constitui, diferente de posições que classificam o neoliberalismo como um conjunto doutrinário tão somente ideológico. Trata-se, na realidade, de um projeto político de neutralização de quaisquer alternativas que tenham como pressuposto a exigência da igualdade, devendo ser compreendido como uma luta estratégica contra outros projetos políticos, denunciando de um lado o *welfare-state* (o Estado-Providência), e combatendo inflexivelmente o socialismo e o comunismo, do outro (DARDOT et al., 2021).

Em outras palavras, trata-se de um intervencionismo cujo objetivo é criar e sustentar uma estrutura jurídica indispensável à proteção da ordem de mercado, dotado de um caráter radicalmente antidemocrático e construindo formas cada vez mais brutais de impor políticas e destruir seus inimigos. Portanto, as guerras do neoliberalismo serão sempre pela concorrência e contra a igualdade, e para isso, privar o adversário dos seus meios de combate/resistência até fazê-lo renunciar à luta será um objetivo contínuo.

As disputas assumidas pelo neoliberalismo

Inicialmente, cumpre observar que o surgimento do neoliberalismo pode ser interpretado como resultado de uma interação complicada entre as mudanças nas estruturas econômicas globais e desacordos ideológicos. Por exemplo, estudiosos têm traçado as raízes do pensamento neoliberal para a tradição ordoliberal, que foi fundamental na fundação da União Europeia e nas políticas da Troika (LAZZARATO, 2009). Esta conexão destaca a complexa relação que existe entre o neoliberalismo e a ordem do capital, bem como a maneira pela qual o austericídio tem sido visto como uma marca da agenda neoliberal (MATTEI, 2022; BLYTH, 2013).

Aqui, importa observar que a austeridade deixou claro que esta fixação no equilíbrio orçamental foi deliberadamente motivada pelo desejo de garantir circunstâncias favoráveis para o crescimento do capital. A mesma lógica de redistribuição regressiva da base para o topo que promovia a acumulação de capital também se aplicava no âmbito das receitas. Assim, em nome de um benefício que alcançaria a todos, a implementação de impostos

universais mais altos facilitou a transferência de riqueza dos muitos para os poucos. (MATTEI, 2022).

Com efeito, a austeridade fiscal operou através de duas lógicas paralelas. A primeira estava predominantemente interessada em salvaguardar a propriedade privada dos meios de produção. [...] A segunda lógica buscava garantir que os recursos seriam transferidos para as classes da sociedade que poderiam economizar e investir. De fato, nesse quadro, a poupança era o único motor da acumulação de capital e toda a poupança seria automaticamente canalizada para investimento – uma suposição que o quadro keynesiano dos anos 1930 desafiaria em grande parte mais tarde. (MATTEI, 2022, p. 145, tradução nossa¹¹).

Nesse sentido, um dos mais importantes pontos de virada no desenvolvimento das ideias neoliberais é frequentemente reconhecido como a mudança do fordismo para o taylorismo nas relações de trabalho (NYLAND; HEENAN, 2005). O neoliberalismo ganhou popularidade, conjugando conservadores e defensores da hegemonia neoliberal já neste período, em resposta aos questionamentos de *status quo* apresentados pelos movimentos feministas, decolonialistas e de direitos civis nos Estados Unidos¹² (GERSTLE, 2018). Neste contexto, a associação do neoliberalismo com a retórica da supremacia heteronormativa branca, sua adoção de medidas de austeridade e seu reforço das hierarquias baseadas em classes têm sido amplamente analisados na literatura: o domínio ideológico do neoliberalismo tem desempenhado um papel fundamental na legitimação do dismantelamento do estado de bem-estar e no reequilíbrio das relações de poder em favor de uma classe elitista transnacional (DARDOT et al., 2021; MURPHY; WILLMOTT, 2015).

Embora a retórica em torno da guerra cultural tenha se tornado mais prevalente durante esse tempo, é crucial entender que essas dinâmicas têm suas raízes na evolução das técnicas de gestão do trabalho, apesar de autores como Juliette Grange separarem essas duas esferas no âmbito da expansão do conflito cultural. A desconstrução de organizações com forte componente social e o surgimento do capitalismo transnacional da cadeia de valor têm desempenhado um papel significativo na criação do ambiente que levou ao retorno do

¹¹ “Indeed, fiscal austerity operated through two parallel logics. The first was predominantly interested in safeguarding private ownership of the means of production. [...] The second logic sought to ensure that resources would be shifted to the classes of society that could save and invest. Indeed, in this framework savings were the sole driver of capital accumulation and all savings would be automatically channeled into investment—an assumption that the Keynesian framework of the 1930s would later largely challenge.” (texto original).

¹² Ao pensar em neoconservadorismo, é preciso ter cuidado na distinção entre o que é velho e o que é novo, bem como no que é específico dos Estados Unidos ou não. Na Europa, a tradição do pensamento reacionário pode ser rastreada até a Revolução Francesa, enquanto nos Estados Unidos está inserida já na tradição constitucional estadunidense e na própria Constituição: estudos como os de Losurdo e Poulantzas fornecem valiosas informações sobre este tema (TURNER, 2021; LOSURDO, 2004; WICKWAR, 1947).

discurso de classe aberta e à ascensão correspondente dos populistas, nativistas e ocasionalmente abertamente fascistas.

Isso criou um ambiente propício para a disseminação de retórica política divisiva e da construção de bodes expiatórios direcionada a grupos historicamente marginalizados, enquanto as elites neoliberais procuram desviar a atenção do seu próprio papel na criação dessas condições precárias. O domínio ideológico do neoliberalismo foi um fator chave nesse processo, pois legitimou o dismantelamento do estado de bem-estar e o realinhamento das relações de poder em favor de uma pequena elite que pode agir e realizar ações a nível transnacional.

A obra "*Le néoconservatisme: le retour à l'ordre moral et religieux comme instrument de l'imposition des valeurs du marché*¹³", de Juliette Grange (2022), tem como objetivo explorar de forma aprofundada o conceito de neoconservadorismo e suas correlações com o neoliberalismo. Nesse trabalho em paralelo, a autora busca desvendar a interseção entre as perspectivas ideológicas que emergem do ressurgimento do conservadorismo político e moral, e como esse movimento se tornou um instrumento para a imposição dos valores do mercado. Por meio de uma análise crítica, Grange investiga como essas duas forças influenciam-se mutuamente, moldando e redefinindo a sociedade contemporânea. Através dessa abordagem, a autora traz à luz uma compreensão profunda das complexas relações entre a esfera política, a moralidade e o sistema econômico, revelando assim o papel central desempenhado pelo neoconservadorismo na promoção das lógicas do mercado.

Assim, o que se destaca em seguida é que o neoconservadorismo se consolidará como uma espécie de utopia inserida na pós-modernidade, que remete a um passado que não corresponde à realidade, mas sim à mera imaginação de seus interlocutores, e que se estabelece como um objetivo a ser buscado. Contudo, as características desse passado idealizado apresentam elementos difusos em seu conteúdo, não se podendo delimitar sob critérios objetivos quais recortes sociais, econômicos e políticos seriam então almejados. Para a autora, esse passado pode ser muitas coisas e ou tudo ao mesmo tempo: a centralização da autoridade e da autoridade, a imposição de parâmetros religiosos do período medieval, a divisão da propriedade em um grande tecido social dividido por classes *etc.* (GRANGE, 2022).

Dessa forma, constata-se então que o neoconservadorismo pode ser caracterizado por uma combinação de muitas nuances, localizadas em variados pontos do período histórico – e

¹³ "O neoconservadorismo: o retorno à ordem moral e religiosa como instrumento de imposição dos valores do mercado" (tradução nossa).

não necessariamente coerentes –, e não pela mera referência ao vínculo com o passado. Prova disso é que, em suas reflexões, Grange classifica o neoconservadorismo como um fenômeno que, para além de reacionário ou tradicionalista, reúne “uma espécie de contrarrevolução com um hiper-tecnicismo e uma doutrina econômica neoliberal”¹⁴. Por outro lado, os neoconservadores percebem na ação institucionalizada, especialmente na enorme fonte de recursos que é o estado, como um mecanismo potencialmente coercitivo e capaz de viabilizar tanto a busca por um passado idealizado quanto a condução de uma hiper modernização. Por isso, buscam então escalar a postos de poder que possibilitem a construção da sociedade desenvolvida ainda no âmbito de seus discursos.

Outra distinção que aqui se faz necessária, embora em segundo plano, diz respeito à divergência entre os conceitos de liberalismo e neoliberalismo, também trazidos na obra em discussão e tão caros ao prosseguimento do presente tópico. Se o neoconservadorismo não está propriamente vinculado ao conservadorismo em sua definição histórica, o mesmo ocorrerá com a versão *neo* do liberalismo, que se estabelece como alheia à acepção clássica do termo. Essa concepção diverge do liberalismo político, tal como defendido por autores clássicos, ao se opor à noção de direitos naturais individuais. Nessa perspectiva, é mesclada a ideia de um Estado forte atuando como instrumento facilitador do livre mercado, porém, em contrapartida, nega-se a liberdade individual e inalienável dos cidadãos ao buscar a viabilização e instauração de uma espécie de teocracia fundamentada em princípios morais (GRANGE, 2022).

Observando em perspectiva comparada, nota-se uma necessária diferenciação entre o que Grange delimita como o neoconservadorismo europeu e suas modalidades aplicadas em outras regiões do planeta, como é o caso dos Estados Unidos. Ao falar sobre isso, Wendy Brown assevera que o neoliberalismo conservador se caracterizará como “a arte de impor normas como extensão e disseminação dos valores do mercado à política social e a todas as instituições”¹⁵ (BROWN; VIVIER; JEANPIERRE, 2007, p. 50, *apud* GRANGE, 2022, p. 37-38, tradução nossa).

Nesse sentido, a partir das reflexões de Brown em conjunto com Grange, nota-se que esse neoliberalismo conservador, desenvolvido nos Estados Unidos e posteriormente exportado para a Europa, se trata de uma corrente de pensamento voltada a suprimir as diretrizes sustentadas pelo chamado estado de bem-estar social (*welfare state*), restringindo os

¹⁴ “Il marie une sorte de contre révolutionnarisme avec un hyper technicisme et une doctrine économique néolibérale” (GRANGE, 2022, p. 36, texto original).

¹⁵ “L’art politique d’imposer des normes comme extension et dissémination des valeurs du marché à la politique sociale et à toutes les institutions.”. (Texto Original).

níveis de liberdade (pública, política, reprodutiva *etc.*) dos cidadãos, impondo os valores do mercado à comunidade política, concretizando um estado de coisas no qual a família tradicional teria a supremacia dos papéis sociais – especialmente no contexto de inferiorização das mulheres – e priorizando alcançar uma sociedade na qual as noções de justiça social, igualdade, redistribuição e solidariedade sejam permanentemente desmanteladas em prol de uma remoralização¹⁶ integral da sociedade.

Mais precisamente, o Estado neoconservador é uma estrutura que visa destruir ativamente o Estado-Providência, a justiça social e a igualdade, a redistribuição, a solidariedade implementada pelo Estado moderno, todos os valores e práticas que se destinem a ser substituídos pela caridade individual ou aquela que é realizada através de associações confessionais (no modelo americano), ou mesmo políticas compassivas favorecidas pelo próprio Estado, mesmo em relação às vítimas ou a um público-alvo (segundo o modelo do Teleton?). (GRANGE, 2022, p. 38, tradução nossa)¹⁷.

Ao mesmo tempo em que estará dotado de força suficiente pra remoralizar a sociedade, esse estado neoconservador terá consigo ferramentas que viabilizem uma plena intervenção sobre aqueles que não se adequarem às suas diretrizes, seja pela punição a partir do direito ou até mesmo pela moral religiosa, que também norteará as novas regras de convivência na comunidade política idealizada pelo neoconservadorismo¹⁸. No campo dos exemplos concretos, a busca dos neoconservadores pelo poder não se limitará às esferas meramente institucionais, mas no recurso à principal ferramenta utilizada por este movimento político, na visão de Grange, que é a busca pela hegemonia nos campos cultural e intelectual da comunidade política. Utilizando-se o termo “guerra cultural”¹⁹, grupos neoconservadores absolutamente mobilizados colocam-se na vanguarda de uma espécie de conflito contra adversários mais difusos como o progressismo, o politicamente correto e os direitos humanos, ou mesmo contra inimigos específicos, como os movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIAP+ e defensores do *welfare state* (GRANGE, 2022).

¹⁶ (GRANGE, 2022), p. 38.

¹⁷ “Plus précisément, l’État néoconservateur est une structure qui vise à détruire activement l’État Providence, la justice sociale et l’égalité, la redistribution, la solidarité mise en œuvre par l’État moderne, toutes valeurs et pratiques qui sont destinées à être remplacées par la charité individuelle ou celle qui est mise en œuvre *via* des associations confessionnelles (sur le modèle américain), voire des politiques compassionnelles favorisées par l’État lui-même en direction des victimes ou d’un public ciblé (sur le modèle du Téléthron?).” (Texto Original, grifos da autora).

¹⁸ Ao distinguir elementos constitutivos da sociedade civil e da sociedade política no conceito gramsciano de Estado integral, De Mari (2022) acrescenta que ao tempo em que a sociedade burguesa passou por uma fase pretensamente “revolucionária”, rompendo com o período medieval e introduzindo pressupostos democráticos às relações sociais localizadas no início do século XX, concretizou nessa conjuntura a eclosão de uma nova dinâmica estrutural de crise, na qual o elemento da dimensão de força das classes se estabeleceu novamente como um instrumento de preservação dos setores hegemônicos em seus postos de poder.

¹⁹ GRANGE, 2022, p. 40.

Em uma perspectiva Gramsciana, essa guerra cultural/intelectual se mostra crucial para os neoconservadores porque a efetivação do domínio político requer a conquista cultural, a qual envolve a capacidade de conceber um conjunto de conceitos, emblemas e representações que reflitam a identidade de uma sociedade (BRUSTIER, 2015). Em outras palavras, ao reconhecer que nenhum domínio político é possível sem a dominação cultural, os neoconservadores buscam influenciar e moldar o universo de ideias, símbolos e imagens que ressoam com a identidade das comunidades políticas que almejam conquistar.

O conceito de hegemonia, trabalhado na obra de Antonio Gramsci, fornece uma compreensão profunda de como os grupos dominantes manipulam as normas sociais e culturais para manter sua dominação. Nas reflexões de Gramsci, a hegemonia é um processo complicado e dialético no qual o consentimento das classes subordinadas é ativamente procurado e buscado, em vez de simplesmente uma imposição de poder de cima. Esta visão reconhece os métodos complexos e muitas vezes sutis usados para manter o status quo e desafia a noção excessivamente simplista de poder como um jogo de soma zero (MERLI, 2013; RWENGABO, 2012; GHOSH, 2001; MUMBY, 1997). No entanto, a busca do controle hegemônico também pode levar ao início de conflitos violentos, pois facções concorrentes competem pelo direito de determinar o cenário social e cultural. Neste contexto, a decisão pela guerra civil torna-se uma consequência natural de um mundo que se recusa a reconhecer as hierarquias inerentes e desigualdades raciais que estão na base do sistema capitalista (DARDOT et al., 2021; MUMBY, 1997).

Em última análise, o apelo ao pensamento de Gramsci ressalta a centralidade da luta cultural e ideológica para as lutas políticas e econômicas mais amplas que ocorreram em vários contextos. A eclosão de conflitos violentos, seja na forma de golpes e violência para alcançar um suposto consenso, ou da própria escolha da guerra civil, pode ser entendida como uma expressão dos altos riscos associados à busca do controle hegemônico pelos neoliberais (DARDOT et al., 2021; RWENGABO, 2012).

Considerando o contexto regional da América Latina, a invocação do trabalho de Gramsci sugere um reconhecimento da centralidade das lutas culturais e ideológicas para as lutas políticas e econômicas mais amplas travadas em países como Argentina, Brasil e Chile, grandes laboratórios do neoliberalismo no continente. Aqui, o conceito de hegemonia de Gramsci ilustrará como os grupos dominantes mantêm seu poder não apenas através da violência aberta, mas moldando as próprias normas e valores que são considerados senso comum dentro de uma sociedade. Os conflitos violentos podem ser entendidos como uma expressão do alto risco inerente a essa luta para definir o cenário cultural e ideológico, já que

facções rivais lutam para impor sua visão de ordem social (DARDOT et al., 2021; LÓPEZ; RAMÍREZ, 2018; BURGOS, 2002).

A conceituação gramsciana da hegemonia vai além de uma visão simplista do poder como dominação através do consentimento ou resistência à dominação, enfatizando a interação matizada e dinâmica entre grupos dominantes e subordinados em que o poder é constantemente negociado, contestado e reconfigurado através da complexa interação de forças culturais, ideológicas e materiais. Esta perspectiva ilumina os sutis métodos pelos quais o controle hegemônico é mantido e desafiado, particularmente no contexto das forças neoliberais e das suas elites dominantes (RWENGABO, 2012; GHOSH, 2001; MUMBY, 1997).

De fato, através desse confronto ideológico e cultural apresentado nas reflexões da autora, o que se observa atualmente em nossas sociedades é que estamos sujeitos a uma série de perturbações e preocupações justificáveis: a deterioração dos serviços públicos, a precariedade do emprego e a violência proveniente do fundamentalismo religioso geram uma sensação de agitação social, que é completamente legítima dentro da comunidade política. Aproveitando-se desse contexto de crise, grupos minoritários em termos de orientação social e ideológica tentam apresentar seus próprios valores – extremamente conservadores – como uma saída para essa conjuntura de inquietação social, promovendo a suposta incidência de uma crise moral, da perda de sentido social, político e econômico nas sociedades, discursos que são habilmente utilizados atualmente pelos grupos neoconservadores.

Nesse contexto, a promoção de princípios como solidariedade, justiça social e liberdade individual são deslocados para uma realidade que deve ser suprimida, e isso será buscado através de transformações sociais intermediadas pelo neoliberalismo. Essas mudanças são moldadas pelo desejo de recorrer a um tipo de autoridade paternal, representada por líderes espirituais ou políticos com carisma distinto e mensagens de esperança em meio à instabilidade generalizada. A competição incessante e o individualismo, características do neoliberalismo amplamente sustentadas pelos neoconservadores, levam à emergência da demanda por normas e valores conservadores, em detrimento de mensagens políticas emancipatórias. Esse tipo de retórica ocupa uma posição central nas atuais mobilizações da extrema-direita a nível mundial (GRANGE, 2022).

À medida que nos aproximamos da conclusão, Grange ressalta que suas reflexões sobre o neoconservadorismo, que neste contexto engloba amplamente diretrizes oriundas do neoliberalismo, revelam um mecanismo retórico que sustenta a prática política por meio da utilização de valores excessivamente conservadores, todos dentro de uma estrutura ideológica

profundamente técnica. Ao mesmo tempo, a autora reconhece que o neoconservadorismo não se limita a ser uma forma simples de tradicionalismo, e que seu apelo ao neoliberalismo assume um caráter absoluto de especificidade, o que lhe confere pressupostos distintos que o tornam uma extensão única do que foi proposto por autores clássicos do campo, como Friedrich Hayek.

Esse processo de diferenciação resulta em uma relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo que se manifesta como um estado de coisas no qual o Estado se utiliza de toda a sua força para impor os valores do mercado sobre a sociedade, inclusive recorrendo à violência. Simultaneamente, o Estado também absorve esses mesmos valores do mercado para si, enquanto uma instituição política estabelecida (GRANGE, 2022).

No decorrer desta análise bibliográfica, conforme discutido até o momento, Juliette Grange emerge como outra autora que reitera o processo de desmantelamento do sistema democrático conduzido pelo neoliberalismo. Através do neoconservadorismo, o neoliberalismo promove a fragmentação da democracia a partir de sua própria estrutura interna, no que se observa uma conexão fundamental entre esse processo de erosão da democracia e a manifestação do fenômeno de regressão democrática.

Para tanto, importa ressaltar algumas lacunas na obra de Grange sobre o neoliberalismo ter atuado de forma apartada em uma guerra cultural, para além de outras esferas. Embora às vezes confundido em seu significado, o neoliberalismo representa a mais recente manifestação do capitalismo e é essencial para entender a transição da era fordista para a sociedade empreendedora. Esta transformação requer o consentimento dos subordinados e exige uma nova forma de gestão que difere das práticas tradicionais de controle como as vistas no fordismo, em que a relação entre empregadores e empregados era rígida e formalizada. Através do uso das tecnologias da informação, a colonização do tempo é agora global e leva a uma constante alienação em que as fronteiras entre trabalho e vida privada estão se dissolvendo (BARROS, 2024).

Neste contexto, o neoliberalismo vai além de uma ideologia: manifesta-se como uma racionalidade que molda a vida social em todos os seus aspectos e promove a competição e a eficiência como valores centrais. A flexibilidade torna-se o principal motor da vida e os indivíduos são encorajados a adaptar e melhorar as suas competências para permanecerem competitivos no mercado. A concorrência, antes limitada às empresas, é agora internalizada pelos próprios indivíduos, que devem demonstrar eficiência para permanecerem relevantes (BARROS, 2024).

Esta racionalidade neoliberal afeta também a função do estado, que já não intervém diretamente, mas se torna um gestor que regula a concorrência e garante o bom funcionamento do mercado. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo baseia-se numa revolução cultural que naturaliza a competição como força motriz do progresso humano e redefine a liberdade como autonomia baseada na capacidade de competir (BARROS, 2024).

Com a sua ascensão global desde os anos 1970, o neoliberalismo tornou-se uma ideologia económica e política dominante que influenciou profundamente a estrutura e reprodução das sociedades. Sendo essencialmente sobre a redução do papel do estado na regulação dos assuntos sociais e económicos, privatizando bens e serviços públicos, e aumentando a importância das forças de mercado, o neoliberalismo teve implicações significativas para a reprodução social, com um conjunto de estratégias que alterou fundamentalmente as relações das pessoas com o estado, o indivíduo e o tecido social em geral.

Parte-se da ideia de que o mundo e as relações nele inscritas são o resultado de composições específicas de aparelhos, ou dispositivos, discursivos e não-discursivos, colocados em prática como resultado de cálculos que visam constituir o mundo de uma maneira determinada. O capitalismo como realidade histórica pode, assim, ser visto como produto contingente desses arranjos institucionais e das regras práticas que operam como suas condições de possibilidade. (LAZZARATO, 2009, p. 110, tradução nossa²⁰).

Um dos aspectos-chave do neoliberalismo é a sua ênfase na individualização, que visa transferir a responsabilidade pelo bem-estar social e económico do estado para o indivíduo (LAZZARATO, 2009). Isto levou à erosão das formas coletivas de proteção social e à promoção de uma cultura de responsabilidade individual, na qual se espera que os indivíduos gerenciem seus próprios riscos e acesso aos recursos. Como resultado, esta mudança teve um impacto desproporcional nas comunidades marginalizadas, que muitas vezes não têm os recursos e o acesso para navegar um cenário social cada vez mais complexo e implacável.

Na gestão neoliberal do mundo, a aposta desse projeto hegemônico será minar a coesão, a solidariedade e a comunicação nos espaços públicos, começando pelo nível local (sentido *bottom-up*), promovendo estrategicamente a flexibilidade e a fragmentação. Ao adotar essas estratégias, o neoliberalismo busca aumentar seu poder e minar a força coletiva

²⁰ “It begins with the idea that the world and the relations inscribed in it are the result of specific compositions of apparatuses, or dispositifs, that are both discursive and non-discursive, put into place as a result of calculations aiming to constitute the world in a determinate way. Capitalism as an historical reality can thus be seen as the contingent product of these institutional arrangements and the practical rules that operate as its conditions of possibility.” (texto original).

do público, dificultando para os cidadãos se unirem e questionarem a hegemonia desse projeto político e econômico em todos os âmbitos da vida (CHAUI, 2020).

O atual paradigma neoliberal tem usado estrategicamente a flexibilidade e a fragmentação como meio para consolidar sua dominação. Definido como a doutrina de que o mercado de troca deve servir de ética norteadora para toda atividade humana, o neoliberalismo levou ao desmantelamento das organizações socialmente ancoradas, o que restaurou o poder do capital para determinar a distribuição da riqueza e estabelecer a corporação como forma dominante. O neoliberalismo, voltado para a sociedade como um todo, requer uma reestruturação fundamental e a introdução de novos mecanismos para controlar o comportamento individual em todos os espaços da vida social, bem como neutralizar suas potencialidades de resistência (DARDOT et al., 2021; CHAUI, 2020).

Como consequência da gestão neoliberal do mundo, é forçoso reconhecer que vivemos numa época de mudança no que diz respeito aos conceitos inerentes da democracia e à crise que esta enfrenta atualmente. A designação tardia ou as reivindicações por reconhecimento da soberania popular, em diversos contextos, levou a uma crise democrática cada vez mais profunda e a um preocupante processo de desdemocratização.

Os processos de liberalização e neoliberalização deram início a uma nova conceitualização da democracia: este processo se insere num conjunto mais longo de teorias sobre os limites e as restrições da democracia, que representa a mais recente manifestação de uma tendência mais ampla, que obscurece e reconfigura os princípios fundamentais que a democracia tem em nossas sociedades. Esta tendência encoraja o surgimento de um sistema hegemônico que busca ativamente minar e enfraquecer os mecanismos democráticos e princípios centrais de soberania popular, que outrora foram centrais para o discurso político e a governança.

Como Aguiar (2011) observou, a tensão entre os ideais teóricos da democracia, que enfatizam a igualdade, e os desafios práticos da governança e o potencial para a opressão, deu origem ao que a autora nomeia de demofobia²¹, um medo ou desprezo pelo povo incutido em variadas correntes do pensamento político moderno. Esse medo não só influenciou as teorias voltadas à gestão das massas, mas também criou um obstáculo epistemológico na teoria democrática e moldou a maneira de gerenciar as sociedades na política moderna. Em outras

²¹ Dito de outro modo, a Demofobia é um termo usado na teoria política para descrever o medo ou desprezo pela população em geral, em uma espécie de medo ou desdém pelo povo: não se trata apenas de ter medo das multidões, mas estende-se a uma preocupação mais ampla sobre como gerir e controlar as massas em um dado contexto político. A significância deste conceito é que esse medo tem implicações determinantes para a teoria democrática, pois pode levar a políticas e práticas que visam manter as populações sob controle, muitas vezes às custas dos princípios democráticos (AGUIAR, 2011).

palavras, o movimento dialético entre o medo da violência e o desejo de proteção passou a influenciar significativamente a governança das populações.

Em termos gerais, a noção de demofobia pretende designar o medo ou desprezo que o demos (e equivalentes como povo, massas, multidões) inspirou nos pensadores modernos que formularam questões pertinentes à democracia. A partir da perspectiva demofóbica, abriu-se caminho para se identificarem premissas recônditas no pensamento político moderno, como as da teoria política que tematizou a complexidade do governo do “grande número”, a exterioridade da organização e, por conseguinte, a limitação das experiências coletivas de existência.

[...] Com efeito, essas teorias **gravitaram em torno da domesticação das massas, da repressão de seus impulsos e paixões, da contenção e represamento da multidão**, da tutela dos de baixo, da regulação do demos ou da “racionalização da gestão do número” (Reynié, 1988). O limite dessa teoria se manifestou no fato de, em nome da democracia, poder se subsumir o demos, do qual ela não poderia prescindir. (AGUIAR, 2011, p. 637-638, grifo nosso).

Isto significa que a governança neoliberal do mundo também levou à radicalização da distinção entre a democracia como sistema político formal e a democracia como um conjunto substantivo de princípios e valores. Esta divisão já estava presente na tradição mais ampla do liberalismo, mas tornou-se mais pronunciada e enraizada sob a ideologia neoliberal dominante: a atenção somente para os procedimentos e instituições democráticas ofuscou frequentemente a realização de ideais democráticos plenos, como igualdade, soberania popular e justiça social (AGUIAR, 2011).

Essa regressão não ocorre por meio de uma tomada violenta de poder por forças armadas ou milícias armadas, por exemplo, mas sim através de reformas gerenciais do Estado. Como exemplo ilustrativo, a noção de que os serviços públicos devem ser rentáveis em vez de apenas atender às demandas dos usuários é implementada. Além disso, a privatização de setores específicos do mercado, como no caso dos ataques especulativos ao ensino superior, ganha espaço. Isso poderia abrir caminho para que, no futuro, instituições como igrejas e/ou fundações conservadoras assumissem o controle das instituições de ensino. Essas mesmas entidades poderiam avançar em outras áreas, como a “gestão” da pobreza e das desigualdades, por meio de associações privadas de caridade ou filantropia, um modelo que foi desenvolvido nos Estados Unidos e no Reino Unido. Como resultado, empresas privadas assumiriam a responsabilidade de cuidar dos menos favorecidos e administrar o sistema educacional (GRANGE, 2022).

Desse modo, é evidente a formação de uma aliança entre a liberdade do agente econômico e a ressurgência de uma ordem moral e social, especialmente por meio da suposta

"liberdade" do pensamento e da ação política radicalizada. Esse fenômeno representa um projeto político coeso e abrangente, que une as ideias ultraliberais de uma elite de formuladores de políticas à noção da necessidade de um retorno aos valores religiosos e tradicionais entre as massas. Esse retorno tem como objetivo possibilitar que esses estratos sociais aceitem o destino social e econômico que decorre do ultraliberalismo.

Portanto, estamos diante de uma forma política distinta dos extremismos típicos dos movimentos de direita tradicionais, e é precisamente essa evolução que Juliette Grange descreve como "iliberal", consolidando uma democracia que, de forma sutil, direciona-se rumo a um processo interno de desdemocratização. Liberdades essenciais, como as civis, de imprensa, de expressão e os direitos individuais, deixariam de ser garantidas pelo Estado, pelo menos de maneira equitativa. Em contrapartida, o papel do Estado seria controlar as populações e efetivar a imposição dos valores neoconservadores na comunidade política. Para tanto, as eleições permaneceriam livres, servindo até mesmo como ferramenta de legitimação do Estado autoritário, conforme já observado em algumas nações (GRANGE, 2022).

Em síntese, a análise dessa obra oferece uma visão aprofundada das complexas interações entre as dimensões política, econômica e ideológica contidas na dinâmica entre neoliberalismo e neoconservadorismo. O neoconservadorismo, por meio de sua abordagem retórica e da conexão com o neoliberalismo, revela um processo de erosão democrática sutil, minando as liberdades fundamentais e remodelando a relação entre Estado e sociedade. Simultaneamente, a articulação entre a liberdade econômica e os valores morais tradicionalistas ressurgem como um fenômeno político distinto, que sugere um esfacelamento na estrutura da democracia. Ao cruzar esses enfoques, a análise demonstra como as narrativas políticas se adaptam e convergem, desafiando concepções mais liberais e oferecendo novas perspectivas sobre o curso futuro da governança e da participação cidadã no seio dos processos atuais de desdemocratização.

Conclusivamente, importa demarcar uma crítica ao conceito de liberalismo e sua distinção com o neoliberalismo na obra da autora francesa. O estudo das ideologias políticas e suas interpretações é um empreendimento complexo e multifacetado, muitas vezes sujeito a distintas perspectivas e pontos de vista, e a interpretação do liberalismo de Grange, aqui cuidadosamente examinada, contém aspectos que talvez apresentem uma representação excessivamente idealizada dessa filosofia política. Embora o [neo]liberalismo seja, de fato, a ideologia política dominante de nosso tempo, é importante reconhecer que ele se desenvolveu em diferentes contextos históricos e deu origem a perspectivas e ideias alternativas sobre estado, democracia, política e cidadania.

É importante lembrar que, apesar das aparências, a linha entre liberalismo e neoliberalismo nem sempre é tão nítida: embora o neoliberalismo seja muitas vezes retratado como estando em desacordo com a visão liberal tradicional, é possível verificar paralelos importantes entre os dois e que o neoliberalismo é na verdade uma evolução ou reinterpretação de ideias liberais, ao invés de uma ruptura radical com a versão clássica. Nesta perspectiva, parece que a relação entre liberalismo e neoliberalismo é mais do que um simples processo pautados em dicotomias.

Outras perspectivas

A relação frequentemente contenciosa do neoliberalismo com a democracia o distingue no campo das ideologias políticas. Além de desafiar a crença generalizada de que o neoliberalismo é apenas uma doutrina econômica, Ray Kiely (2017) apresenta na pesquisa *“From Authoritarian Liberalism to Economic Technocracy: Neoliberalism, Politics and ‘De-democratization’”* algumas reflexões sobre a intrincada relação entre este projeto ideológico e a democracia. Com o objetivo de despolitizar a economia de mercado e reformular a ordem política democrática, o autor analisa como o neoliberalismo incorporou aspectos do autoritarismo e da desdemocratização, especialmente em reação às crises históricas que enfrentou.

O impacto do neoliberalismo na política é então analisado, especificamente como tem influenciado a escalada dos fenômenos da desdemocratização – o enfraquecimento dos processos democráticos – e da despolitização – a remoção da política de ambientes específicos de tomada de decisão. O autor descreve importantes momentos históricos, incluindo as crises das décadas de 1930, 1960 e 1970, e como os neoliberais responderam a essas conjunturas, o que acabou resultando em uma tendência à desdemocratização. Junto com críticas ao liberalismo, à política pós-Segunda Guerra Mundial e as recomendações para as nações em desenvolvimento, o autor também discute perspectivas neoliberais sobre contextos de crise: os aspectos antidemocráticos do neoliberalismo e seus efeitos sobre o clima político atual são destacados ao longo da obra (KIELY, 2017).

O argumento é feito através de uma consideração de como os neoliberais entenderam o que poderíamos chamar duas crises da modernidade liberal, primeiro nos anos 1930 e, segundo, nos anos 1960 e 1970. Ambas podem ser consideradas crises causadas pelo aumento (1930) e entrincheiramento (1960/70) do coletivismo, e há uma estreita relação entre os argumentos sobre a 'politização' da economia na década de 1930 e a 'sobrecarga do

governo' na década de 1970. **Em ambos os casos mostraremos como, nos países capitalistas 'avançados', a teoria neoliberal foi utilizada para informar um projeto de desdemocratização.** No entanto, também vamos mostrar que, embora as datas possam ser diferentes, este projeto também informava o pensamento neoliberal sobre o mundo em desenvolvimento e como 'despolitização' funcionava no contexto da ascensão do anti-colonialismo e da Guerra Fria na década de 1950, e a crise da dívida dos países em desenvolvimento dos anos 80. **Este relato é significativo porque ajuda a estabelecer as credenciais ademocráticas e de fato anti-democráticas do neoliberalismo, que apoia uma política liberal autoritária (Heller, 2015) e/ou um governo não democrático por uma elite tecnocrática (Brown, 2015).** (KIELY, 2017, p. 2, grifo nosso, tradução nossa²²).

Aqui, é analisado o projeto de despolitização explicado acima e como ele afeta a democracia, bem como a forma que a teoria política neoliberal reage às crises econômicas e o funcionamento do estado no âmbito do mercado. Além disso, o autor também analisa como alguns dos conhecidos defensores do livre mercado como princípio de organização social, como Hayek, moldaram perspectivas e argumentos na ascensão desse projeto, uma vez que a política econômica global tem sido forjada pelo neoliberalismo desde meados do século XX. A investigação aqui elaborada direciona-se para as formas pelas quais o neoliberalismo lida com as conjunturas de crise, ilustrada principalmente durante os contextos de crise nos anos 1930, 1960 e 1970: promoveu-se então a defesa de uma economia de mercado despolitizada e que diminui a importância da tomada de decisão democrática, bem como a participação popular, processo que culminou no avanço de projetos cuja natureza privilegia tecnocracias econômicas em detrimento da democracia. Assim, o surgimento da política neoliberal pode ser amplamente entendido em relação a essa tendência para a desdemocratização, ou a erosão dos valores democráticos em favor de uma governança orientada ao mercado (KIELY, 2017).

O surgimento do neoliberalismo nos anos 1930 e 1940 foi, portanto, uma resposta à crise dos anos 1930. Isto foi considerado como uma crise do coletivismo, que por sua vez foi percebido como um desafio ao liberalismo, tanto em suas formas comunistas e fascistas ou, mais especificamente, nacional-socialistas. O projeto coletivista do fascismo, tanto nas suas variedades italiana como alemã, envolvia a ideia de revigorar uma suposta

²² “The argument is made through a consideration of how neoliberals understood what we might call two crises of liberal modernity, first in the 1930s and, second, in the 1960s and 1970s. Both might be considered crises caused by the rise (1930s) and entrenchment (1960s/70s) of collectivism, and there is a close relationship between arguments concerning the ‘politicization’ of the economy in the 1930s and that of ‘government overload’ in the 1970s. In both cases we will show how, in the ‘advanced’ capitalist countries, neoliberal theory was used to inform a project of de-democratization. However, we will also show that, while the dates might be different, this project also informed neoliberal thinking about the developing world, and how ‘depoliticization’ worked in the context of the rise of anti-colonialism and the Cold War in the 1950s, and the developing world debt crisis of the 1980s. This account is significant because it helps to establish the undemocratic and indeed anti-democratic credentials of neoliberalism, which supports either an authoritarian liberal politics (Heller, 2015), and/or undemocratic rule by a technocratic elite (Brown, 2015).” (texto original).

comunidade nacional, que se dizia estar sob ameaça das forças do liberalismo, da democracia e do socialismo (Griffin, 2007). Neste sentido, estava comprometida com um projeto coletivista antitético ao liberalismo, inclusive ao neoliberalismo. (KIELY, 2017, p. 4, tradução nossa²³).

O autor aponta que os objetivos do neoliberalismo incluem a pressão por mais mecanismos de mercado para controlar as funções sociais e eliminar a influência política em vários domínios. Isto poderia resultar em decisões tomadas mais de acordo com princípios econômicos do que políticos, em um processo conhecido como despolitização, que resulta em uma diminuição do peso dos fatores políticos quando as decisões são tomadas com base em fatores econômicos ou técnicos (KIELY, 2017).

Em contraste, o ensaio também explora como o neoliberalismo incentivou um afastamento dos procedimentos democráticos em um esforço para diminuir a influência da governança democrática em questões sociais e econômicas, como reação às grandes crises das décadas de 1930 e 1960/70. A desdemocratização, então, será o termo usado para descrever a deterioração dos princípios e procedimentos democráticos na governança, que pode resultar em diminuição da responsabilidade pública e do envolvimento dos diversos campos sociais nas tomadas de decisão. Com uma compreensão dessas duas ideias, *podemos concluir pelo caráter antidemocrático do neoliberalismo*, cujos aspectos do neoliberalismo e sua ênfase nos mecanismos de mercado e governo limitado podem ameaçar valores e normas democráticas. Quando os regimes autoritários e a democracia de massas apresentaram dificuldades nos anos 1930, os neoliberais descobriram um terreno comum com seus adversários nos movimentos fascistas, e esta aliança estabeleceu as bases para o projeto neoliberal após 1945, opondo-se à politização do mercado e da ordem constitucional (KIELY, 2017).

Um grande ponto de virada nesse processo foi após 1945, especialmente quando se olha para as crises das décadas de 1960 e 1970. Os neoliberais, inspirando-se nas ideias da Escola de Chicago²⁴, favoreceram a tecnocracia econômica em detrimento dos governos

²³ “Neoliberalism’s emergence in the 1930s and 1940s was therefore a response to the crisis of the 1930s. This was regarded as being a crisis of collectivism, which in turn was perceived to be a challenge to liberalism, both in its communist and fascist or, more specifically, National Socialist forms. The collectivist project of fascism in both its Italian and German varieties involved the idea of reinvigorating a supposed national community, which was said to be under threat from the forces of liberalism, democracy and socialism (Griffin, 2007). In this regard it was committed to a collectivist project antithetical to liberalism, including to neoliberalism.” (texto original).

²⁴ A Escola de Chicago, associada principalmente ao economista Milton Friedman e a seus colegas da Universidade de Chicago, exerceu uma influência significativa no pensamento neoliberal, defendendo uma série de pressupostos fundamentais que moldaram a política econômica moderna. Os princípios defendidos por essa escola podem ser compreendidos como uma defesa robusta do livre mercado e uma crítica contundente da intervenção estatal na economia. Entre os pilares defendidos por essa corrente teórica, estão: livre mercado,

democráticos. Essa mudança representou uma escolha deliberada de colocar os princípios do mercado e a eficiência à frente da tomada de decisões democráticas, resultando no processo que o autor se refere como "desdemocratização". Este projeto assumiu duas formas principais: a reconfiguração da governança segundo princípios orientados ao mercado, que visavam diminuir a influência dos processos democráticos sobre as questões políticas e econômicas, e o abraço explícito do autoritarismo para contrariar as reivindicações democráticas (KIELY, 2017).

A obra também enfatiza uma distinção crucial entre as escolas Austríaca e de Chicago do neoliberalismo no pós-Segunda Guerra Mundial com o ordoliberalismo alemão, concentrando-se em suas perspectivas sobre a concentração de capital e regulação governamental. Hayek e outros defensores do neoliberalismo perceberam o liberalismo autoritário como um remédio potencial para as falhas nas democracias liberais e os perigos colocados pelo fascismo. Após a Segunda Guerra Mundial, as escolas de pensamento neoliberal e ordoliberal divergiram principalmente devido às suas visões sobre concentração de capital e regulação governamental na dinâmica de funcionamento do mercado (KIELY, 2017).

Friedrich Hayek, economista austríaco²⁵, desenvolveu a teoria do autoritarismo neoliberal em meados do século XX: nela, o autor enfatiza a importância de deixar os mercados operarem livremente, de acordo com regras gerais e sem intervenção governamental. Hayek argumenta que os sistemas econômicos em que o estado redistribui a riqueza ou controla a economia limitam a liberdade individual. Para defender o estado de direito e salvaguardar a liberdade, ele sugere uma "constituição da liberdade" que mantém o poder legislativo do governo separado de suas operações diárias.

Defendendo os pressupostos do neoliberalismo, Hayek acusou os estados de sufocarem o progresso e pôr em perigo a liberdade quando tentam regular o desenvolvimento econômico ou quando aceitam a incidência de uma multidão de interesses conflitantes, que o autor chama de Estados pluralistas. Também levanta preocupações sobre a função da democracia e faz o argumento de que uma quantidade excessiva de autoridade governamental

redução do papel do estado na economia, a eficácia pela desregulamentação, liberdade individual, política monetária e fiscal rigorosas, e a crítica ao intervencionismo estatal.

²⁵ Hayek é amplamente conhecido por suas contribuições à teoria econômica e à filosofia política, sendo mais famoso por seu trabalho em torno da teoria do ciclo econômico e do papel do conhecimento na economia, bem como por sua crítica ao socialismo e ao planejamento centralizado. Hayek argumentava que a economia funciona melhor quando as decisões são descentralizadas e baseadas nas informações dispersas que os indivíduos possuem, ao invés de ser planejada por um governo central. Um de seus principais livros, "O Caminho da Servidão" (1944), critica o totalitarismo e o controle estatal sobre a economia, argumentando que isso leva inevitavelmente à perda de liberdades individuais.

pode ser prejudicial ao mercado livre. Para manter a eficiência e a liberdade do mercado, o neoliberalismo sustentado pelo autor sugere dar maior autoridade aos economistas e reduzir o papel dos representantes eleitos. Isso poderia implicar a construção de um sistema autoritário liberal e tecnocrático econômico e limitar os processos democráticos nos assuntos econômicos (KIELY, 2017).

As opiniões de Carl Schmitt²⁶, um crítico da democracia de massas, também são abordadas na obra, junto com seu apoio a um governo poderoso para regular a esfera política e econômica. Schmitt pensou que, em vez de promover a tomada de decisões fundamentadas, uma democracia de massas que colocasse uma forte ênfase no poder da maioria poderia causar anarquia e conflito entre vários grupos na comunidade política. Em vez do conceito liberal de compromisso e negociação, ele sugeriu que a política deveria definir quem é um inimigo e quem é um amigo em um mundo onde o conflito é inevitável. Schmitt compartilha muitas semelhanças com o ordoliberalismo, uma ideologia que defende um governo forte para manter uma economia de mercado que funciona sem problemas através de um conjunto de regulamentos e ações esporádicas. Isso se opõe às crenças de neoliberais como Hayek, que consideravam o liberalismo autoritário como um remédio potencial para as democracias liberais em deterioração e a ascensão do fascismo (KIELY, 2017).

O autor também observa que não se deu muita atenção na literatura ao impacto inicial do neoliberalismo sobre as nações em desenvolvimento. Isso, no entanto, mudou quando os países emergentes iniciaram seus processos de independência do colonialismo e tentaram estabelecer seus próprios mercados através da implementação de uma abordagem conhecida como modelo de substituição de importações no âmbito da industrialização. Nesse processo, organizações conservadoras que se opunham à expansão da influência soviética no século XX se tornaram aliadas dos intelectuais neoliberais, que viam estes movimentos de mudança de paradigma como um perigo para a sua concepção de um sistema de mercado mundial (KIELY, 2017).

Ilustração clássica desse processo de resposta colonial sobre as tentativas de independência no norte sul global encontra-se na América Latina. Após um violento golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet em 1973, o Chile viu a primeira aplicação significativa de políticas neoliberais, com Friedrich Hayek endossando o governo militar

²⁶ Jurista e teórico político alemão, Carl Schmitt é conhecido por suas influentes e controversas ideias sobre o Estado, a soberania e o direito. Seu trabalho abrangeu diversas áreas, incluindo teoria política, direito constitucional e filosofia política. Schmitt é frequentemente lembrado por suas críticas à democracia liberal e por suas contribuições para a teoria do Estado de exceção.

como uma medida paliativa para a eventual mudança do país para uma economia mais orientada ao mercado (KIELY, 2017).

Para Kiely, é após 1982, quando várias das nações do sul global começaram a implementar sistemas mais democráticos, que as políticas neoliberais se estenderam para um grande número de outros países em desenvolvimento: isso ocorreu porque os modelos democráticos implementados tinham uma natureza considerada restrita, que oferecia pouco poder real aos cidadãos e tendia a apoiar os interesses das elites políticas e econômicas. Assim, a ideia de manter a política fora das decisões econômicas foi mantida, o que culminou em uma forma de democracia fortemente influenciada pelas forças do mercado, e na qual a tomada de decisão era efetivamente executada por diferentes setores da elite econômica e política dos países emergentes (KIELY, 2017).

Ao examinar o impacto na sociedade e na democracia, é evidente que o neoliberalismo influenciou muito o tipo de modelo democrático que surgiu em muitos desses países. Como resultado, as pessoas tipicamente não tinham poder político e tinham pouca influência sobre a forma como seus países eram governados. As políticas neoliberais resultaram principalmente em um aumento acentuado da desigualdade, dando aos ricos e poderosos mais influência sobre o processo político: ocasionalmente, governos democraticamente eleitos foram substituídos por líderes que colocam as soluções tecnocráticas à frente da vontade popular. Em essência, o modelo democrático implementado tornou-se mais sobre deixar os processos decisórios como tarefa a ser realizada por diferentes grupos de elite, levando a uma democracia mercantilizada, do que garantir aos cidadãos uma capacidade efetiva de representação e participação política. Essa dinâmica viabiliza um pilar estruturante da teoria neoliberal, que considera a economia e a política como duas disciplinas distintas, com as forças do mercado determinando o funcionamento do cenário e da vida política.

Este estudo também revela a alegação de que o neoliberalismo é tendencioso em favor da liberdade econômica sobre os princípios democráticos. Como resultado, há agora situações em que as políticas neoliberais sustentam regimes autoritários: na realidade, os defensores neoliberais usam regularmente sua influência para influenciar leis que protegem os direitos de propriedade e limitam a capacidade dos cidadãos de usar processos democráticos para trazer mudanças. Nesse sentido, a crise financeira de 2008 foi um evento significativo que expôs as falhas na aplicação do neoliberalismo, apesar das pretensas alegações de que foi causada pela intervenção excessiva do governo no âmbito da economia (KIELY, 2017).

Em seguida, aponta o autor, houve uma mudança notável para o neoliberalismo autoritário, caracterizado por regulamentações de imigração mais rígidas e um foco maior nos

interesses nacionais. Em um paralelo histórico a partir dos padrões observados nos anos 1930, quando governos autoritários começaram a se tornar mais populares, é preocupante notar que a crise de 2008 tornou possível a ascensão de formas renovadas de autoritarismo neoliberal, uma vez que deixou claras as deficiências da implementação do neoliberalismo: de forma conclusiva, duas variedades primárias de autoritarismo são apresentadas (KIELY, 2017).

A primeira variedade consiste em um autoritarismo que, de certa forma, contradiz o neoliberalismo: exemplos disso incluem a ascensão de partidos fascistas em algumas partes da Europa, além de mudanças nas dinâmicas de lealdade interna no Partido Republicano, que segundo o autor culminaram em um ressurgimento do paleoconservadorismo²⁷, ilustrado pela figura de Donald Trump. Em essência, esta variedade de autoritarismo representa uma espécie de guinada teórica para um crescente isolacionismo, com promessas de reduzir do livre comércio e um discurso muito mais aberto contra a imigração, elementos cuja essência mais do que contradiz o próprio neoliberalismo (KIELY, 2017).

A segunda variedade de autoritarismo está representada tipo de autoritarismo, ligado a vários movimentos europeus e com repercussões em outras partes do mundo: após o êxito do *Brexit*, um setor anti-União Europeia do Partido Conservador Britânico passou a argumentar essencialmente que a burocracia de Bruxelas se opõe a uma implementação mais abrangente das políticas neoliberais, e dessa forma, União Europeia não seria suficientemente neoliberal. Segundo o autor, alas mais radicais da direita britânica concretizaram o que seria uma guinada de caráter ainda mais racista e neofascista na sequência dos resultados do referendo de junho de 2016 (KIELY, 2017).

Um neoliberalismo mais autoritário, ou uma dinâmica de mudança para o neoliberalismo autoritário, ganhou força na esteira da crise financeira: isso implicou priorizar restrições à imigração e suposta salvaguarda dos interesses nacionais. Esta mudança é significativa porque desafia a teoria neoliberal aceita, que sustenta que um livre mercado inevitavelmente produziria uma sociedade democrática e livre; por outro lado, também representa um afastamento da cooperação internacional e uma tendência para o isolacionismo. Conforme observado anteriormente, muitos países adotaram governos autoritários durante a década de 1930, e a tendência atual para o neoliberalismo autoritário é semelhante a esse

²⁷ O paleoconservadorismo é uma corrente dentro do conservadorismo que enfatiza a preservação das tradições e valores culturais, sociais e políticos estabelecidos, com uma forte ênfase na soberania nacional e na preservação da identidade cultural. O paleoconservadorismo difere do conservadorismo mais *mainstream* e do neoconservadorismo, que podem ser mais abertos a mudanças e a uma abordagem mais internacionalista. O paleoconservadorismo tem suas raízes na reação contra o progressismo e as mudanças culturais rápidas, buscando retornar a uma visão de mundo mais tradicional e nacionalista. (WOLTERMANN, 1993; ASHBEE, 2000; DROLET; WILLIAMS, 2020)

período, um paralelo que suscita preocupações porque retoma um momento histórico caracterizado por conflitos generalizados e violações massivas dos direitos humanos.

Este estudo de pesquisa oferece uma análise perceptiva da intrincada relação entre neoliberalismo e democracia, demonstrando como evoluiu de uma doutrina econômica para um movimento político que busca minar os sistemas democráticos. Examinando as respostas históricas dos neoliberais às crises e seu apoio à governança autoritária e despolitizada, (KIELY, 2017) lança luz sobre os conflitos que existem dentro do projeto neoliberal e como eles afetam as qualidades democráticas. Para enfrentar efetivamente os obstáculos da reconciliação da eficiência econômica com os princípios democráticos no século XXI, é imperativo que tanto os políticos quanto os cidadãos possuam uma compreensão abrangente dessas dinâmicas.

Considerações finais

No âmbito do projeto de dominação neoliberal, fica evidente que se deve criar um ordenamento jurídico que seja contrário às necessidades e direitos dos cidadãos quando estes são percebidos como um obstáculo à implementação da desejada agenda política e econômica. O Chile, por exemplo, serviu como laboratório primário para esse empreendimento, com a introdução de uma constituição neoliberal que priorizou as forças do mercado sobre o bem-estar social (CORTÁZAR, 2019; GONZÁLEZ-CABÁN, 2008; PITTON, 2007; BETANCOURT; KIGUEL, 1989). Outros locais na Ásia (CHACKO; JAYASURIYA, 2018), assim como a Alemanha e a União Europeia (HENDRIKSE, 2021; WILKINSON, 2017, 2013), também funcionam como laboratórios semelhantes, nos quais reformas constitucionais foram realizadas para minar o poder dos cidadãos em favor de interesses de elite e da expansão desimpedida do capital.

A aplicação pragmática das políticas neoliberais nestas regiões tem sido, muitas vezes, extremamente repressiva e contradiz os princípios teóricos da dignidade humana e da liberdade individual que são citados como justificativa para estas reformas. Essa tensão entre os ideais neoliberais e a realidade de sua implementação evidencia a incompatibilidade fundamental entre a promessa democrática da inclusão socioeconômica e a agenda orientada ao mercado do neoliberalismo.

Com a implementação de medidas de austeridade fiscal para financiar cortes em programas sociais e demais gastos públicos prioritários, promover flexibilidade de direitos e fornecer subsídios às corporações, os ideais democráticos de igualdade e participação cidadã

estão sendo sistematicamente minados. A concentração de riqueza e emprego precário resultantes do experimento neoliberal na América Latina e em outras partes do mundo serve como um alerta de advertência, ilustrando os efeitos nefastos da subordinação dos objetivos sociais a critérios econômicos e tecnicistas (HANDELMAN; BAER, 2019).

No entanto, os cidadãos têm repetidamente expressado seu desejo de uma participação mais democrática e da reafirmação de sua soberania, como mostram os recentes protestos e demandas por uma nova constituição no Chile. A experiência dos regimes autoritários na América Latina também levou a uma profunda reavaliação do significado dos direitos civis e políticos no âmbito do projeto neoliberal, com as reivindicações democráticas se tornando um pretexto para um amplo processo de repressão por parte das autoridades. Em suma, nas últimas discussões, os conceitos de cidadania e democracia têm sido questionados criticamente, mostrando alterações na dinâmica entre os cidadãos e o estado devido à predominância de fatores econômicos e à financeirização dos governos nacionais (GIFFIN, 2007).

Esta narrativa permeia um discurso mais amplo que retoma os debates em torno da noção de demofobia (AGUIAR, 2011) e a construção de uma constituição orientada para a austeridade. Este conceito examina como o medo das massas ou do povo levou ao desenvolvimento de reformas constitucionais que priorizam as forças de mercado e os interesses da elite sobre os direitos democráticos, bem-estar social e autodeterminação dos cidadãos. Implementadas em vários lugares, como ilustramos nos exemplos do Chile, a Ásia, a Alemanha e a União Europeia, estas reformas constituem parte de um esforço mais amplo para minar o poder e a participação dos cidadãos e promover os objetivos da elite dominante e a expansão descontrolada do capital.

No centro deste fenômeno está a tensão entre a lógica democrática da soberania popular e o modelo tecnocrático de governo que privilegia os interesses financeiros e a racionalidade do mercado: assim, a ideologia neoliberal procurou remodelar o projeto democrático de forma a enfatizar a proteção dos direitos individuais e do estado de direito enquanto marginaliza a noção de soberania popular. Como resultado desse processo tem-se um déficit democrático, que mina a legitimidade das instituições democráticas e abre as portas para movimentos de direita cada vez mais radicalizados, que se apresentam sob o estandarte de serem os verdadeiros representantes do povo.

Portanto, a implementação pelo projeto neoliberal de um ordenamento jurídico baseado na austeridade é uma expressão central dessa dinâmica, pois envolve a incorporação de reformas orientadas para o mercado e a retirada de medidas de proteção social das leis

básicas do Estado, sempre em detrimento da sociedade – sobretudo os mais despossuídos –, o que perpetua uma dinâmica de hierarquização social e mantém o sistema capitalista no controle de todos os aspectos da vida.

Sob o monopólio do uso da violência, o estado neoliberal visará garantir esse status quo em que as hierarquias estabelecidas permaneçam triunfando. Esta relação entre a violência do Estado e a subjetividade da propriedade, como ela já se torna perigosa no contexto do liberalismo, e como o neoliberalismo busca consolidar ainda mais essa conjuntura ao estabelecer uma jurisdição absoluta deste tipo de subjetividade sobre os cidadãos, é examinada por Elsa Dorlin (2018). A autora postula que essa dinâmica mina os direitos e a autodeterminação dos cidadãos em favor da promoção das agendas de uma elite dominante e da expansão desimpedida do capital.

A história dos instrumentos estatais de violência está ligada à formação de grupos sociais que precisam estar localizados em uma posição comum: a de estarem continuamente indefesos. Se ao longo da modernidade assistimos ao processo de judicialização do conflito, que consistiu em limitar drasticamente os antagonismos sociais e confrontos individuais à justiça e à lei, este mesmo processo também deu origem a uma noção marginalizada de cidadania: ao impossibilitar o direito de defesa de determinados grupos e sujeitos, esse processo de hierarquização reafirmava uma reputação de perigosos, violentos e culpados direcionada aos tecidos sociais mais inferiorizados, mesmo que todo esse processo tenha se desenvolvido justamente para torná-los impotentes e incapazes de se defender (DORLIN, 2018).

Referências

- AGUIAR, Thais Florêncio de. A demofobia na democracia moderna. **Dados**, v. 54, p. 609-650, 2011.
- ASHBEE, Edward. *Politics of Paleoconservatism*. **Society**, v. 37, n. 3, <https://doi.org/10.1007/bf02686179>, 2000.
- BARROS, Douglas Rodrigues. A ontologia do ser neoliberal. **Blog da Boitempo**. Retrieved from <https://blogdaboitempo.com.br/2024/09/03/a-ontologia-do-ser-neoliberal/>, 2024.
- BAUER, Otto. The Austrian Revolution. **Haymarket books**, 2021.
- BETANCOURT, Roger; KIGUEL, Miguel. Neoconservative Economic Experiments in the Southern Cone. **Latin American Research Review**, v. 24, n. 3, p. 224-239, 1989.
- BJERRE-POULSEN, Niels. The Mont Pèlerin society and the rise of a postwar classical liberal counter-establishment. In: **Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 201-217.
- BLYTH, Mark. Austerity: The history of a dangerous idea. **Oxford University Press**, 2013.
- BROWN, Wendy. *Les habits neufs de la politique mondiale: néolibéralisme et néo-conservatisme*. **Les prairies ordinaires**, 2007.
- BRUSTIER, Gaël. *À demain, Gramsci*. **Les éditions du Cerf**, 2015.
- BURGOS, Raúl. The Gramscian intervention in the theoretical and political production of the Latin American left. **Latin American Perspectives**, v. 29, n. 1, p. 9-37, 2002.
- CHACKO, Priya; JAYASURIYA, Kanishka. Asia's conservative moment: Understanding the rise of the right. **Journal of Contemporary Asia**, v. 48, n. 4, p. 529-540, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.
- CORTÁZAR, René. Austerity under authoritarianism: The neoconservative revolution in Chile. In: **Paying the Costs of Austerity in Latin America**. Routledge, 2019. p. 43-63.
- DARDOT, Pierre et al. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. **Editora Elefante**, 2021.
- DE MARI, Cezar Luiz. *10 lições sobre Gramsci*. **Petrópolis/RJ: Editora Vozes**, 2023.
- DORLIN, Elsa. Defenderse: Una filosofía de la violencia. **Buenos Aires: Hekht Libros**, 2018.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis. **Review of International Political Economy**, v. 8, n. 4, p. 578-607, 2001.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael C. *America first: paleoconservatism and the ideological struggle for the American right*. **Journal of Political Ideologies**, v. 25, n. 1, p. 28-50, <https://doi.org/10.1080/13569317.2020.1699717>, 2020.

FEDERICI, Silvia. Women, money and debt: Notes for a feminist reappropriation movement. **Australian Feminist Studies**, v. 33, n. 96, p. 178-186, 2018.

FOUCAULT, Michel. *La société punitive: Cours au Collège de France, 1972-1973*. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 2013.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump—e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

GERSTLE, Gary. The rise and fall (?) of America's neoliberal order. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 28, p. 241-264, 2018.

GHOSH, Peter. Gramscian hegemony: an absolutely historicist approach. **History of European Ideas**, v. 27, n. 1, p. 1-43, 2001.

GIFFIN, Karen Mary. Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1491-1504, 2007.

GONZÁLEZ-CABÁN, Armando. Globalization, Democracy, and Revolutionary Nationalist Movements in Latin America: An Introduction. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 77-82, 2008.

GRANGE, Juliette. *Le Néoconservatisme: Le Retour à l'ordre Moral et Religieux Comme Instrument de l'imposition Des Valeurs Du Marché*. In: DELUCHEY, Jean-François et al (org.). **La valeur néolibérale de l'humain: capitalisme et biopolitique à l'ère pandémique**. Paris: Éditions Kimé, September 26, 2022, 35–48.
<https://doi.org/10.3917/kime.deluc.2022.01.0035>, 2022.

HANDELMAN, Howard; BAER, Werner. **Paying the costs of austerity in Latin America**. Routledge, 2019.

HENDRIKSE, Reijer. The rise of neo-illiberalism. **Krisis| Journal for Contemporary Philosophy**, v. 41, n. 1, p. 65-93, 2021.

HÖBELT, Lothar. Rabinbach, Anson. *The Crisis of Austrian Socialism: From Red Vienna to Civil War, 1927–1934*, Chicago: University of Chicago Press, 1983. Pp. vii, 296. \$22.00. **Austrian History Yearbook**, v. 21, p. 224-224, 1985.

KIELY, Ray. *From authoritarian liberalism to economic technocracy: Neoliberalism, politics and 'de-democratization'*. **Critical sociology**, v. 43, n. 4-5, p. 725-745, <https://doi.org/10.1177/0896920516668386>, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. Neoliberalism in action: Inequality, insecurity and the reconstitution of the social. **Theory, culture & society**, v. 26, n. 6, p. 109-133, 2009.

LÓPEZ, José Benjamín Lujano; RAMÍREZ, Carlos Manuel Sánchez. Brazil and Argentina: Hegemonic Crises, Wasted Decade and Challenges of Latin American Post-Neoliberalism in the Capitalism of Knowledge. **SocioEconomic Challenges**, n. 2, Iss. 4, p. 44-59, 2018.

LOSURDO, Domenico. Preemptive War, Americanism, and Anti-Americanism. **Metaphilosophy**, v. 35, n. 3, p. 365-385, 2004.

MATTEI, Clara E. The capital order: How economists invented austerity and paved the way to fascism. **University of Chicago Press**, 2022.

MATTL, Siegfried. O caso da Viena Vermelha. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 191-213, 2013.

MERLI, Paola. Creating the cultures of the future: cultural strategy, policy and institutions in Gramsci: Part I: Gramsci and cultural policy studies: some methodological reflections. **International Journal of Cultural Policy**, v. 19, n. 4, p. 399-420, 2013.

MEZAN, Renato. Freud, pensador da cultura. **Editora Companhia das Letras**, 2005.

MUMBY, Dennis K. The problem of hegemony: Rereading Gramsci for organizational communication studies. **Western Journal of Communication** (includes Communication Reports), v. 61, n. 4, p. 343-375, 1997.

MURPHY, Jonathan; WILLMOTT, Hugh. The rise of the 1%: an organizational explanation. In: **Elites on trial**. Emerald Group Publishing Limited, 2015. p. 25-53.

NYLAND, Chris; HEENAN, Tom. Mary van Kleeck, Taylorism and the control of management knowledge. **Management Decision**, v. 43, n. 10, p. 1358-1374, 2005.

PITTON, Viviana. Disentangling Chile's authoritarian neoliberalism and its effects: The downfall of public higher education and its implications for equitable access. **Critical studies in Education**, v. 48, n. 2, p. 249-267, 2007.

RWENGABO, Sabastiano. Hegemony: From domestic dominance to global empire. **Eastern Africa Social Science Research Review**, v. 28, n. 1, p. 1-26, 2012.

SMALDONE, William. Otto Bauer e os austromarxistas queriam uma revolução socialista na democracia. Blog Choldrabortra. Disponível em: <https://choldrabortra.blogspot.com/2023/03/otto-bauer-e-os-austro-marxistas.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

TURNER, Cory C. An Intervention Into Poulantzas' Marxist Theory of the State: The Problem of Racial Capitalism in the United States. **Tese de Doutorado. Ohio University**. 2021.

TURNER, Rachel S. The 'rebirth of liberalism': The origins of neo-liberal ideology. **Journal of political ideologies**, v. 12, n. 1, p. 67-83, 2007.

WICKWAR, W. Hardy. Foundations of American conservatism. **American Political Science Review**, v. 41, n. 6, p. 1105-1117, 1947.

WILKINSON, Michael A. The specter of authoritarian liberalism: reflections on the constitutional crisis of the European Union. **German Law Journal**, v. 14, n. 5, p. 527-560, 2013.

WILKINSON, Michael A.; DOWDLE, M. The reconstitution of postwar Europe: Liberal excesses, democratic deficiencies. In: **Constitutionalism beyond liberalism**. Cambridge University Press, Cambridge, p. 38-78, 2017.

WOLTERMANN, Chris. *What is paleoconservatism?*. **Telos**, v. 1993, n. 97, p. 9-20, <https://doi.org/10.3817/0993097009>, 1993.